

TC 002.180/2011-1

Tipo: tomada de contas especial

Unidade jurisdicionada: Ministério da

Defesa

Responsáveis: Nilson Roberto Areal de Almeida (CPF 138.144.432-68), A. S. Lamar (CNPJ 00.636.851/0001-25), Construtora JJ Ltda. (CNPJ 08.262.300/0001-50) e Construtora Silva Oliveira Ltda. (CNPJ 03.792.313/0001-18)

Ministro-Relator: Aroldo Cedraz

Proposta: mérito

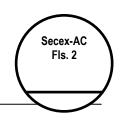
INTRODUÇÃO

Cuidam os autos de tomada de contas especial - TCE instaurada em face da inexecução parcial do objeto do Convênio nº 318/PCN/2006 (Siafi nº 579334), celebrado entre o Ministério da Defesa e o município de Sena Madureira/AC, visando à pavimentação de ruas do município, à custa de uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 833.339,41, sendo R\$ 750.009,47 à conta do concedente e R\$ 83.333,94 de contrapartida.

HISTÓRICO

- 2. No Laudo de Vistoria de Convênio (peça 8, p. 49/52), o Responsável Técnico do Programa Calha Norte constatou a inexecução de 14% das obras e serviços objeto do ajuste.
- 3. O Relatório de Tomada de Contas Especial nº 17/2010 (peça 8, p. 107/111) imputou ao Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida, ex-Prefeito de Sena Madureira/AC, um débito original da ordem de R\$ 105.001,32.
- 4. A Secretaria Federal de Controle Interno emitiu Relatório de Auditória (peça 8, p. 115/118), Certificado de Auditoria (peça 8, p. 119) e Parecer do Dirigente do Controle Interno (peça 8, p. 120), consignando a observância pelo concedente das normas legais e regulamentares aplicáveis e opinando pela irregularidade das contas do ex-Prefeito, em razão da inexecução parcial do objeto pactuado.
- 5. Em Pronunciamento Ministerial à página 121, peça 8, o Ministro de Estado da Defesa, na forma do art. 52 da Lei n.º 8.443/92, atestou haver tomado conhecimento das conclusões do Controle Interno acerca das presentes contas.
- 6. Após exame técnico (peça 9), o Secretário Substituto desta unidade determinou, com base em delegação de competência do Ministro Relator (Portaria-MIN-AC nº 1/2009, art. 1º, inciso VII), a citação do Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida, ex-Prefeito de Sena Madureira/AC e signatário do Convênio nº 318/PCN/2006 (Siafi nº 579334), em solidariedade com as empresas A. S. Lamar, Construtora J.J. Ltda. e Construtora Silva Oliveira Ltda., contratadas para execução do objeto do ajuste, para apresentarem alegações de defesa para a inexecução de obras e serviços previstos no Plano de Trabalho, como constatado em vistoria técnica realizada pelo concedente (peça 8, p. 49/52), e/ou recolherem aos cofres do Tesouro os débitos correspondentes, como apontado abaixo:
- a) Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida e A. S. Lamar:

Data	Valor
23/12/2008	33.497,65



b) Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida e Construtora JJ Ltda.:

Data	Valor
30/9/2008	16.641,86

c) Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida e Construtora Silva Oliveira Ltda.:

Data	Valor
10/9/2008	54.859,41

EXAME TÉCNICO

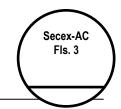
14. As citações foram promovidas por meio dos ofícios indicados abaixo:

Responsável	Ofício		AR	Resposta
	Número	Peça	(peça)	(peça)
Nilson Areal	170/2011	12	21	31
Construtora JJ Ltda.	171/2011	13	16	-
A.S. Lamar	186/2011	15	16	20 e 23
Construtora Silva Oliveira	457/2011	27	30	29

- 15. A Construtora JJ Ltda. tomou ciência do ofício de citação em 4/4/2011, conforme aviso de recebimento (peça 16). Transcorrido o prazo regimental de 15 dias, não apresentou alegações de defesa quanto às irregularidades verificadas e tampouco efetuou o pagamento do débito.
- 16. Registre-se que a notificação foi encaminhada para o endereço cadastrado pela empresa na Receita Federal do Brasil (peça 11), de forma a se presumir válida a citação.
- 17. Assim, diante de sua inércia, embora devidamente citada para apresentar alegações de defesa e/ou pagar o débito que lhes fora imputado, a Construtora JJ Ltda. deve ser considerada revel, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3°, da Lei n° 8.443/92.

Alegações de defesa

- 18. O Sr. **Nilson Roberto Areal de Almeida** afirma que o laudo de vistoria foi realizado três anos após a conclusão da obra, a qual havia sido entregue conforme especificações do projeto aprovado.
- 19. Alega que os problemas detectados nas ruas objeto do convênio foram ocasionados por fatores alheios a sua vontade. O deterioramento da Rua Cafezal Boulevard teria sido causado por alagamentos, os danos na pavimentação, meio-fio e sarjeta da Rua Raimundo Cristino, pelo rompimento da tubulação, e os danos na Rua Alilo Derze, pelo tráfego intenso de veículos pesados, provocado pelo desvio do trânsito em face da construção/reforma da ponte.
- 20. Aduz que os problemas apontados no laudo de vistoria teriam sido solucionados, conforme relatório fotográfico anexo à defesa, porquanto não teria havido qualquer prejuízo ao erário
- 21. A empresa **A.S. Lamar** assevera que os serviços relativos à Rua Boulevard Cafezal foram integralmente executados, como comprovado por relatório fotográfico encaminhado pela Prefeitura após a conclusão dos trabalhos (peça 8, p. 43/46).
- 22. Alega que o longo período de chuvas ocasionou indisponibilidade de insumos necessários à realização dos serviços e atraso no cronograma, de modo que os trabalhos foram

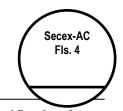


iniciados somente em 25/4/2008, a partir da Rua Santa Helena e terminando na Rua Boulevard Cafezal.

- 23. Aduz que, após a entrega da obra, a Prefeitura firmou contrato com outra empresa para a implantação da rede de água e esgoto nas ruas recém-pavimentadas, resultando na escavação e corte de todo o trecho asfaltado, porquanto não poderia a defendente ser responsabilizada pelas irregularidades apontadas no laudo de vistoria.
- 24. Conclui afirmando que não houve qualquer conduta ilícita da sua parte, tampouco prejuízo ao erário decorrente de sua atuação, visto que todos os serviços contratados foram devidamente executados.
- 25. Na peça 23, a empresa junta relatório fotográfico a fim de comprovar a execução dos serviços contratados na Rua Boulevard Cafezal.
- 24. A **Construtora Silva Oliveira** informa que a Rua Alilo Derze deveria ser pavimentada com tijolo maciço e não com asfalto, como consta do ofício de citação, em conformidade com o Orçamento Descritivo (peça 4, p. 17/20), Cronograma Físico-Financeiro (peça 4, p. 56), Análise de Projeto de Engenharia do Ministério da Defesa (peça 4, p. 59/60), Ordem de Serviço da Prefeitura (peça 6, p. 54) e Contrato nº 031/07, celebrado entre a empresa e o município de Sena Madureira (peça 6, p. 55/60).
- 25. Aduz que a rua foi devidamente pavimentada com tijolo maciço, como comprovado pelo Relatório Fotográfico encaminhado pela Prefeitura por ocasião da prestação de contas (peça 6, p. 199/206).
- 26. Acrescenta que, nos termos do Laudo de Vistoria realizada pelo concedente em 3/6/2009 (peça 6, p. 212/220), a Rua Alilo Derze estava bastante danificada devido ao tráfego intenso de veículos pesados do desvio da ponte que estava em obras e que fora informado pelos engenheiros que aquela rua seria refeita.
- 27. Ressalta que o novo Laudo de Vistoria (peça 8, p. 49/52), de 15/5/2010, consigna que a rua estava deteriorada e deveria ser recuperada, mas não questiona o fato de que a rua fora pavimentada.
- 28. Argumenta que os fatos objeto da TCE foram levantados três anos após a conclusão da obra, em 2008, e que a manutenção da rua cabia à Prefeitura e não à defendente.
- 29. Conclui afirmando que a obra foi entregue conforme solicitação e especificações do projeto licitado e que os fatos que ocasionaram a deterioração da rua foram supervenientes, alheios a sua vontade, não decorrendo de sua atuação qualquer prejuízo ao erário.

Exame das alegações de defesa

- 30. Inicialmente, convém ressaltar que o Laudo de Vistoria (peça 8, p. 49/52) que embasou as citações ora analisadas data de 15/5/2010, ao passo que a vigência do Convênio nº 318/PCN/2006 (Siafi nº 579334) estendeu-se até 24/10/2008. Portanto, as irregularidades objeto dessa TCE foram verificadas pouco mais de um ano e meio depois do encerramento do ajuste, e não três anos depois, como afirmam os defendentes.
- 31. Ademais, a primeira vistoria foi realizada em 3/6/2009 (peça 6, p. 212/220), menos de oito meses depois de encerrada a vigência do convênio e seis meses após a emissão dos Termos de Aceitação Definitiva da Obra (peça 6, p. 77/78).
- 32. Esse laudo já apontava os mesmos percentuais de inexecução relatados no laudo mais recente, no que se refere às Ruas Boulevard Cafezal (v. planilhas de p. 214, peça 6, e p. 50, peça 8) e Alilo Derze (v. planilhas de p. 215, peça 6, e p. 50, peça 8). Com relação à Rua Raimundo Cristino, o percentual de inexecução foi reduzido de 71,68% para 24,43%.



- 33. Portanto, não merece acolhida a alegação de que as irregularidades verificadas foram causadas por fatores supervenientes, alheios à vontade dos defendentes.
- 34. A empresa A.S. Lamar alega que os problemas detectados pelo concedente na Rua Boulevard Cafezal decorreram da escavação e corte do trecho por ela pavimentado, realizado posteriormente por outra empresa contratada para implantar a rede de água e esgoto na municipalidade. Entretanto, suas alegações estão desprovidas de documentos ou outro elemento capaz de comprovar suas afirmações. Não merece, pois, guarida.
- 35. Outrossim, é verdade que a Rua Alilo Derze deveria ser pavimentada com tijolo maciço, como argumenta a Construtora Silva Oliveira. Como de fato foi. Porém, como reconhece a própria defendente, as irregularidades apontadas no Laudo de Vistoria (peça 8, p. 49/52) dizem respeito não ao material aplicado na pavimentação da via, mas a danos verificados tanto na pavimentação em tijolo como na sarjeta, que levaram à área técnica do Ministério a consignar a inexecução de 95,37% dos serviços pactuados.
- 36. Do exposto, propõe-se que sejam rejeitadas as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida e pelas empresas A. S. Lamar e Construtora Silva Oliveira Ltda., haja vista que não conseguiram elidir as irregularidades apontadas, nem afastar as suas responsabilidades.
- 37. No tocante a aferição da boa-fé a que alude o § 2º do art. 202 do Regimento Interno/TCU, não há nos autos elementos que permitam reconhecê-la, podendo este Tribunal, desde logo, proferir o julgamento definitivo de mérito, nos termos do § 6º do mesmo artigo.
- 38. Dessarte, devem ser consideradas irregulares as presentes contas e solidariamente em débito os responsáveis arrolados, até os limites respectivos, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, alíneas "a" e "b", e 19, *caput*, da Lei nº 8.443/92, sem prejuízo da incidência da multa prevista no art. 57 da mesma Lei, em face da inexecução parcial do Convênio nº 318/PCN/2006 (Siafi nº 579334).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

- 39. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:
- 39.1 considerar **revel** a empresa Construtora JJ Ltda. (CNPJ 08.262.300/0001-50), na forma do art. 12, § 3°, da Lei n° 8.443/92;
- 39.2 **rejeitar** as alegações de defesa apresentada pelo Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida e pelas empresas A. S. Lamar e Construtora Silva Oliveira Ltda.;
- julgar, com fulcro nos artigos 1°, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei n° 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida (CPF n.º 138.144.432-68), ex-Prefeito do Município de Sena Madureira/AC, quanto aos recursos recebidos por meio do Convênio nº 318/PCN/2006 (Siafi nº 579334), celebrado com o Ministério da Defesa visando à pavimentação de ruas do município, em razão da inexecução parcial do objeto do ajuste, conforme o Laudo de Vistoria do Programa Calha Norte (peça 8, p. 49/52), e condená-lo, em solidariedade com as empresas A. S. Lamar (CNPJ 00.636.851/0001-25), Construtora JJ Ltda. (CNPJ 08.262.300/0001-50) e Construtora Silva Oliveira Ltda. (CNPJ 03.792.313/0001-18), nos termos dos artigos 16, § 2°, alíneas "a" e "b", e 19, *caput*, da Lei nº 8.443/1992, ao pagamento das quantias discriminadas abaixo, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir da data indicada até a efetiva quitação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, "a", do Regimento Interno/TCU:



a) Nilson Roberto Areal de Almeida (CPF 138.144.432-68) e empresa A. S. Lamar (CNPJ 00.636.851/0001-25):

Data	Valor
23/12/2008	33.497,65

b) Nilson Roberto Areal de Almeida (CPF 138.144.432-68) e empresa Construtora J. J. Ltda. (CNPJ 08.262.300/0001-50):

Data	Valor
30/9/2008	16.641,86

c) Nilson Roberto Areal de Almeida (CPF 138.144.432-68) e empresa Construtora Silva Oliveira Ltda. (CNPJ 03.792.313/0001-18):

Data	Valor
10/9/2008	54.859,41

aplicar, individualmente, ao Sr. Nilson Roberto Areal de Almeida (CPF n.º 138.144.432-68) e às empresas A. S. Lamar (CNPJ 00.636.851/0001-25), Construtora JJ Ltda. (CNPJ 08.262.300/0001-50) e Construtora Silva Oliveira Ltda. (CNPJ 03.792.313/0001-18), com fulcro no art. 19, *caput*, da Lei 8.443/92, a multa prevista no art. 57 da mesma Lei, fixando, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do Acórdão até a efetiva quitação, no caso de pagamento após o vencimento;

- 39.5 autorizar, desde logo, a cobrança judicial dos valores acima, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;
- 39.6 encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, acompanhada do relatório e voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, em face da inexecução parcial do Convênio nº 318/PCN/2006 (Siafi nº 579334), celebrado entre o Município de Sena Madureira/AC e o Ministério da Defesa, visando à pavimentação de ruas do município, conforme o Laudo de Vistoria emitido pelo Programa Calha Norte (peça 8, p. 49/52).

Secex-AC, 12 de julho de 2011.

(assinado eletronicamente)

Tatiana Cecília Müller de Souza AUFC Mat. 8181-7

SisDoc: idSisdoc_1720138v1-30_-_Instrucao_Processo_02850420100[1].doc - 2010 - Secex-AC